diaphora

REVISTA DA
SOCIEDADE DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

sprgs

ESTUDO TEÓRICO

Religião na história da psicologia no Brasil: o caso do protestantismo

Religion in the history of psycology in Brazil: the case of protestantism

Filipe Degani-Carneiro[a] *, Ana Maria Jacó-Vilela[b]

Resumo: Os diversos segmentos do Protestantismo adquiriram grande destaque no Brasil nas últimas décadas do século XX. Por outro lado, os evangélicos têm realizado um grande investimento na Psicologia, evidenciado no número cada vez maior de profissionais e instituições que articulam atuação profissional e fé religiosa, bem como nos conflitos que estes setores têm enfrentado com os órgãos de regulação profissional. Este trabalho objetiva contextualizar historicamente a interlocução entre o campo religioso (especificamente, o Protestantismo) e a Psicologia no Brasil. Primeiramente, enfocaremos o catolicismo, por sua importância não somente na difusão das ideias psicológicas no Brasil, como também na formação cultural e religiosa nacional. Em seguida, examinaremos o processo de inserção e difusão do protestantismo no Brasil a partir do século XIX. Finalmente, trataremos de suas articulações com o saber psicológico, com enfoque em iniciativas atuais que mesclam elementos religiosos e psicoterapêuticos.

Palavras-chave: Religião; Protestantismo; História da Psicologia

Abstract: The various segments of the Protestantism have acquired a great emphasis in Brazil over the 20th century's last decades. On the other hand, the Protestants have invested strongly in Psychology, which is made evident by an ever-increasing number of professionals and institutions that conciliate both professional activity and religious faith, as well as in the conflicts these sectors have faced with professional regulatory bodies. This work aims to contextualize historically the interlocution between religious field (in particular, Protestantism) and Psychology in Brazil. First, we will focus on Catholicism for its importance not only in the diffusion of psychological ideas in Brazil, but also in the cultural and religious national background. Furthermore, we will examine how Protestantism has diffused and inserted itself in Brazil since 19th century. Finally, we examine its articulations under the perception of psychological knowledge, focusing on current initiatives which mix both religious and psychotherapeutics elements.

Keywords: Religion; Protestantism; History of Psychology.

a Psicólogo; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
* E-mail: filipe.degani@gmail.com

b Psicóloga; Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo; Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Desde a Antiguidade e através da Idade Média, o pensamento cristão esteve muito próximo ao que se convencionou chamar "história das ideias psicológicas"[1]. Assim, a concepção de Agostinho, Tomás de Aquino e outros escritores cristãos acerca da relação alma-corpo e da preponderância da primeira é parte relevante do processo de consolidação das noções de interioridade humana e cuidado de si. Além disto, a cisão na Igreja Cristã, representada pela Reforma Protestante no século XVI, é comumente apontada como um dos movimentos fundamentais para a emergência da Modernidade, bem como da categoria moderna de "indivíduo" (Jacó-Vilela, 2001), por diversos fatores.

Caracterizada por conflitar com o pensamento católico, por sua defesa da liberdade de consciência, da livre-interpretação da verdade das Escrituras, da salvação mediante a fé individual e do sacerdócio universal dos crentes contra a dependência da autoridade religiosa, a Reforma alterou fundamentalmente a forma de relação do homem com o mundo. "Ao desencantar o mundo da imanente divindade, completando o processo da cristandade iniciado pela eliminação do animismo pagão, a Reforma permitia sua revisão fundamental pela ciência moderna" (Tarnas, 2001, p.263).

A clássica obra de Weber (2001/1904) – *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* – difundiu a interpretação que atrela o desenvolvimento do sistema capitalista e da ideologia burguesa moderna à ética protestante, marcada pela racionalização, ascetismo e estímulo ao estudo e trabalho seculares. Além disso, o espírito crítico e secularizado da Reforma alterou a relação do homem com a verdade. Segundo Tarnas (2001, p.262), "a Reforma abriu no Ocidente o caminho para o pluralismo religioso, depois para o ceticismo religioso e, por fim, a um completo rompimento na até então relativamente homogênea visão de mundo cristã".

Diversas interpretações sociológicas vinculam o Protestantismo ao "espírito da liberdade, da democracia, da modernidade e do progresso" (Alves, 1979, p.38). Desta forma, afirmar a importância do Protestantismo na Modernidade vai além de uma análise da difusão das igrejas protestantes após a Reforma e de suas perspectivas teológicas; significa a compreensão de seu "espírito" em seu caráter essencial de protesto contra a ordem institucionalizada e da afirmação da autonomia do indivíduo na sua relação com o sagrado, bem como do destino deste indivíduo para agir em um mundo dessacralizado, desencantado, a ser por ele utilizado.

Por outro lado, as condições de emergência da Psicologia (enquanto um saber dessacralizado sobre o homem) estão também intrinsecamente ligadas à emergência da experiência da Modernidade (Ferreira, 2006); a partir dela, as noções de interioridade da alma, em que a vontade é disputada entre o pecado e a fé, bem como discussões sobre o livre-arbítrio assumem outra configuração, centrada na concepção de um novo modelo de indivíduo: definitivamente livre, auto-centrado, medida de todas as coisas, dotado pela Razão do poder de conhecer (e dominar) o mundo e, em certa medida, associal (Dumont, 1985).

A Idade Moderna é marcada por um "desencantamento do mundo" – famosa expressão de Weber (2001/1904) – no sentido que o mundo e a natureza deixam de ser regidos pela magia, pelo sagrado, pelo inexplicável e se tornam capazes de serem conhecidos pela racionalidade. Neste período, porém, ciência e religião ainda caminham juntas, uma vez que a regularidade do mundo é explicada em função de Deus. A metáfora mecanicista do mundo sustentado por uma grande engrenagem (semelhantemente a um relógio) evidencia isto, uma vez que pressupõe a necessidade de um elemento superior, não mecânico, para dar inicio ao processo inferior, mecânico.

O processo de cisão entre ciência e religião no pensamento ocidental culminará no século XVIII, com o Iluminismo, marcado pela crença de que a Razão libertaria a humanidade dos mitos, da ignorância e da religião, estabelecendo uma radical distinção entre o pensamento científico e as demais cosmovisões. Nietzsche (2001) se refere a este processo como "a morte de Deus", no sentido de que a divindade perde sua centralidade no mundo ocidental, cedendo lugar aos discursos científicos, como o da Psicologia, no que tange à interioridade humana.

Entretanto, é preciso ter claro o que queremos dizer acima. Não há uma substituição de uma cosmovisão, a religiosa, pela racionalidade, no sentido da primeira deixar de existir. Ambas passam a coexistir, com a diferença que a religiosidade começa a restringir-se ao espaço privado, da intimidade, e a racionalidade ocupa o espaço público. Compete às grandes instituições religiosas a disputa política no espaço público com as regras racionais que ali passam a funcionar quando estas atingem o cerne de princípios religiosos[2].

1 Tal termo expressa a perspectiva de que se, por um lado, a Psicologia enquanto disciplina científica é um fenômeno histórico recente, do final do século XIX, por outro lado, o pensamento sobre o homem e sua interioridade (ou "ideias psicológicas") é muito mais antigo, remontando ao surgimento da filosofia na Antiguidade.

2 É o caso atual, por exemplo, da reação de setores católicos e evangélicos contra leis favoráveis ao aborto e ao casamento civil entre homossexuais. A este respeito, ver Machado & Piccolo (2010).

A presença católica na história da psicologia no Brasil

Além da importância da teologia cristã na construção da visão ocidental de homem, a historiografia da Psicologia no Brasil apresenta como exemplo da relevância da temática religiosa para esta disciplina os estudos acerca da produção psicológica católica nos período colonial e imperial e também sobre os primeiros cursos de graduação em psicologia, abertos em faculdades católicas.

As ideias psicológicas em curso na Europa são inicialmente apropriadas no Brasil, já no século XVI, com a vinda dos padres jesuítas que, imbuídos dos princípios pedagógicos e da concepção psicológica presente na filosofia tomista, detiveram a hegemonia da educação ao longo do período colonial[3].

Durante este período, observa-se, para além da pregação nos sermões (Massimi,2005), a circulação de escritos jesuíticos referentes a processos psicológicos articulados com outros campos, como a teologia, a moral e a pedagogia. Dentre os temas desses escritos, estão o controle das emoções (as "paixões" da alma), ensaios sobre os sentidos humanos e também sobre a formação e desenvolvimento da personalidade da criança[4], sua educação e o controle de seu comportamento, visto a catequese dos "curumins" ser o principal objetivo da educação jesuítica (Massimi, 2006).

A partir da vinda da Família Real Portuguesa, no século XIX, ocorrem várias mudanças no Brasil, como a criação dos primeiros cursos superiores (até então proibidos pela Coroa Portuguesa), que serão as Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro e, já no Império, as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife.

A segunda metade do século XIX, especialmente a partir da década de 1870, foi um período marcado por uma efervescência político-cultural em torno do ideal de Modernidade. Sobre este período, é emblemática a citação de Silvio Romero (1851-1914), filósofo, escritor e político brasileiro: "Um bando de ideias novas esvoaçou-se sobre nós vindo de todos os pontos do horizonte" (Romero, 1986). No bojo destas "ideias novas", conviviam movimentos de retórica modernizante como o abolicionismo, republicanismo, anticlericalismo, liberalismo, positivismo, higienismo e evolucionismo social, ao mesmo tempo em que outros, como o monarquismo, o catolicismo, o latifúndio e o coronelismo, mantinham sua força, ancorados na tradição.

Sob a influência deste espírito da época, o discurso católico sobre a "alma" se defronta com a emergência de outro discurso análogo, para o qual perde espaço – o discurso médico sobre as localizações fisiológicas e anatômicas dos processos psíquicos (Alberti, 1998). Por meio do discurso médico e, algumas décadas mais tarde, também do discurso educacional, ocorre a entrada no país da psicologia científica (Antunes, 1998).

A circulação destas ideias apropriadas da Europa encontrou terreno fértil aqui, ao se unirem ao projeto econômico-social das elites nacionais que empunhavam diversas bandeiras, como a Abolição, a República e a laicidade do Estado, em torno de um mesmo signo discursivo – a modernização da nação, entendida como entrada do Brasil no capitalismo industrial, segundo o modelo europeu e norte-americano.

Com a Proclamação da República, o Estado brasileiro se torna oficialmente laico, com o pensamento e as instituições católicas sofrendo cada vez mais contestações no cenário político e intelectual. É nítida a influência do cientificismo e materialismo positivistas que trazem a perspectiva da necessidade de progresso nacional, de superar o "atraso" e elevar o Brasil ao patamar da "civilização". Assim, o pensamento tradicional (notadamente, o espiritualismo católico) é identificado como um entrave a este progresso, que seria superado pela Razão e pela Ciência em desenvolvimento (a Psicologia, inclusive).

A partir da década de 1920, observa-se um esforço de setores católicos para fazer frente a esta progressiva laicização da sociedade brasileira. A Igreja se volta para a reconquista da intelectualidade, reafirmando as posições católicas tradicionais e combatendo mais diretamente o liberalismo e o comunismo. Este movimento teve como principais atores Jackson de Figueiredo[5], Alceu Amoroso Lima[6] e Padre Leonel Franca[7], através do *Centro Dom Vital* (1922) e da revista *A Ordem,* com o objetivo de divulgar o ideal católico em aproximação ou adaptação às novas questões científicas da época.

3 A presença dos jesuítas ocorreu durante quase todo o período colonial, até sua expulsão pelo Marquês de Pombal, em 1759.

4 O grande exemplo a este respeito é o livro "Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia", do padre jesuíta Alexandre de Gusmão (2004/1685).

5 Jackson de Figueiredo (1891-1928) – advogado sergipano que, após se converter ao catolicismo em 1918, tornou-se uma liderança do movimento católico leigo, fundando a revista A Ordem (1921) e o Centro Dom Vital (1922).

6 Alceu Amoroso Lima (1893-1983) – intelectual carioca, também conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde, converteu-se ao catolicismo na década de 1920, dando continuidade ao trabalho de Jackson de Figueiredo. Foi um dos mais combativos porta-vozes do Centro Dom Vital. Escreveu várias obras de Psicologia. Próximo ao integralismo neste período, tornou-se um valoroso defensor da democracia no período da ditadura militar.

7 Além de sua atuação no Centro Dom Vital, o padre jesuíta gaúcho Leonel Franca (2001/1934) foi um dos fundadores das Faculdades Católicas do Rio de Janeiro (posteriormente, PUC-Rio) e seu primeiro reitor, em 1940. Grande apologista católico, envolveu-se intensamente no debate entre a Igreja Católica e o movimento dos educadores em relação à questão do caráter laico da educação, preconizado por este último. Além disto, em suas conferências e escritos, manteve fortes debates com outros segmentos opostos à Igreja, como os socialistas e os protestantes. É autor de um livro de grande relevância para nosso tema, "A Psicologia da Fé" (Franca, 2001/1934).

Nesta mesma década, é criado no Rio de Janeiro o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (1923), dirigido pelo psicólogo polonês Waclaw Radecki[8], o qual elaborou a primeira proposta de curso de formação de psicólogos no Brasil em 1932, quando o Laboratório foi transformado no Instituto de Psicologia[9] (Esch & Jacó-Vilela, 2001). Em que pese seu pioneirismo, o Instituto teve apenas sete meses de duração, sendo desativado pelo Governo Federal, por conta de pressões tanto do setor médico (que se opunha à formação de uma classe profissional que rivalizasse com a medicina no tocante ao tratamento psíquico), como da intelectualidade católica, a qual olhava com desconfiança para este "novo" saber, organicista, materialista, que fazia frente ao espiritualismo católico e à "psicologia da alma" (Centofanti, 2004).

Nos artigos de *A Ordem,* bem como em outras publicações e conferência de intelectuais católicos observa-se a presença de temáticas psicológicas articuladas à teologia católica que continham um elevado aspecto moral e defesa de valores tradicionais, como a família e a religião (Jacó-Vilela & Bitar, 2003). Em "A Psicologia da Fé" (Franca, 2001/1934), por exemplo, Leonel Franca se dedica à análise do ato de fé, sob o ponto de vista psicológico – isto é, de seu dinamismo interior – e localiza a fé duplamente como um ato da inteligência (racionalidade) e da vontade (afetividade).

Este é também o momento em que os intelectuais envolvidos no projeto de "civilizar a nação" compreendem que não bastavam as medidas sanitaristas desenvolvidas pelos médicos (Boarini, 2003; Gondra, 2004; Schwarcz, 1993), mas que se fazia necessário também "educar o povo", como caminho para a transformação do indivíduo e da sociedade como todo (Monarcha, 2009). Esta educação deveria seguir os princípios constantes do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (Azevedo et al., 1932): uma escola pública, gratuita, laica e para todos.

A Igreja se posiciona contrariamente, renovando seu investimento no ensino. Desta forma, as reuniões do Centro Dom Vital são o embrião das primeiras faculdades católicas, cuja abertura foi autorizada pelo Governo Vargas em 1942 (Jacó-Vilela et al., 2007). Elas se anteciparam às universidades públicas na criação de alguns cursos, dentre os quais os cursos de Psicologia. O primeiro curso de graduação em Psicologia no Brasil foi criado em uma faculdade católica: o curso da PUC-Rio (março/1953). Além deste, foram criados outros cursos em faculdades católicas – PUC-RS (agosto/1953), PUC-Minas (1959), UNICAP (1961) – antecipadamente à regulamentação da profissão de psicólogo (Lei 4119/1962), assim como à criação de cursos de Psicologia nas universidades públicas[10].

Em ambas as iniciativas – oposição ao curso proposto por Radecki de orientação laica e materialista e a tomada da dianteira na criação dos primeiros cursos de psicologia – está claro o interesse católico em se apropriar do discurso psicológico e, principalmente, da formação profissional. Ao mesmo tempo em que este interesse se insere no contexto mais amplo do projeto de "recatolização" da sociedade brasileira, visando uma reafirmação dos valores católicos frente às "novas questões sociais" trazidas pelo espírito modernista do período, há uma especificidade na relação da Igreja com o saber psicológico, já que este investimento católico não se dirigiu a todas as áreas do conhecimento. Parece-nos que, ao tratar do cuidado de si, da interioridade, da vida em família, a psicologia assume um valor muito especial para a Igreja Católica. Não à toa, a quase totalidade das primeiras turmas de Psicologia da PUC-Rio é composta por mulheres e a estas é dada uma atenção especial em sua formação como futuras esposas e mães. Padre Benko[11], diretor do curso de Psicologia, faz as entrevistas de seleção, acompanha os alunos, é presença marcante na vida dos alunos(as) – chegando a celebrar seus casamentos e batizar seus filhos (Jacó-Vilela et al., 2007).

Percebe-se, pois, o quanto a marca do catolicismo na formação cultural brasileira permeia o contexto de emergência da Psicologia no país. Apresentaremos a seguir o processo de inserção do protestantismo no Brasil, o qual ocorre durante o mesmo período abordado neste item (último quartel do século XIX) mantendo, pois, relação com a "retórica da modernidade" e o "bando de ideias novas" que abre caminho para a chegada da psicologia científica no Brasil. Seguiremos adiante com a difusão do protestantismo durante a primeira metade do século XX no país.

8 Waclaw Radecki (1887-1953) é um dos primeiros psicólogos estrangeiros a emigrar para o Brasil, o que fez no final da década de 1910. Dirigiu o Laboratório da Colônia de Psicopatas (1923-1933), onde desenvolveu pesquisas experimentais e formação de profissionais interessados em psicologia. Após o fechamento do Instituto de Psicologia, emigra para o Uruguai, onde criou o primeiro curso de graduação em psicologia.

9 O Instituto de Psicologia foi reaberto em 1937, quando foi anexado à nascente Universidade do Brasil, como órgão suplementar, auxiliando as cátedras de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia. Somente em 1964 a Universidade do Brasil (atual UFRJ) criaria o curso de graduação em psicologia.

10 O primeiro curso criado em universidade pública foi o da USP (1957). Após isto, outros cursos são criados somente após a regulamentação – por exemplo, os cursos da UERJ e UFRJ, criados em 1964.

11 O curso de Psicologia da PUC-Rio foi criado em 1953, sob a direção de Hanns Ludwig Lippman. Sua substituição pelo padre jesuíta húngaro Antonius Benko (1920) em 1957 sinaliza um aumento do interesse da cúpula (católica) da Universidade pelo curso. Padre Benko reformulou a estrutura do curso, introduziu a psicanálise e criou centros de psicologia aplicada para os alunos realizarem estágio; dirigiu o curso até 1966.

A inserção e difusão do protestantismo no Brasil

Embora os protestantes tenham estado no território brasileiro durante as invasões francesa e holandesa nos século XVI e XVII, esta presença não deixou legado que fizesse frente ao monopólio do catolicismo, enquanto religião oficial durante todo o período colonial (Ribeiro, 1973). Assim, a chegada do protestantismo ao Brasil ocorre de fato durante o século XIX, depois da chegada de D. João ao Brasil.

No contexto da abertura econômica ao capital inglês, por meio dos tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação (1810), foi concedida liberdade de consciência e de culto aos estrangeiros, o que visava, evidentemente, os ingleses anglicanos, cada vez mais presentes. Além de se estender somente a estrangeiros (inclusive com os serviços religiosos ministrados em língua estrangeira), esta liberdade de culto tinha outras restrições: era vedado o proselitismo, bem como a pregação pública contra a religião católica e os locais de cultos não deveriam ter aparência exterior que indicasse sua finalidade. Assim, os ingleses passaram a celebrar o culto protestante, a bordo de navios ou em residências, até que foi inaugurado o primeiro templo anglicano no Rio de Janeiro em 1820 (Ribeiro, 1973).

Ao longo do período imperial, imigrantes de outras nacionalidades européias, bem como norte-americanos, pertencentes a diferentes ramos protestantes, vieram para o Brasil. Paralelamente aos imigrantes, chegaram os primeiros missionários protestantes. Desta forma, estabeleceu-se uma classificação comumente empregada para os grupos protestantes que vieram para o Brasil no século XIX: protestantismo de imigração e protestantismo de missão.

Por protestantismo de imigração denominam-se os grupos que vieram com o objetivo de estabelecer colônias no país, dos quais se destacam os anglicanos e os luteranos. É importante ressaltar que a primeira iniciativa do governo brasileiro de incentivo à imigração – que levou o estabelecimento da colônia suíça na região serrana do Rio de Janeiro em 1818, ainda no reinado de D. João – teve como condição que estes imigrantes suíços fossem católicos (Ribeiro, 1973).

As constantes pressões internacionais (notadamente, inglesas) pelo fim do tráfico de escravos africanos, bem como a expansão da cultura do café na segunda metade do século XIX, aumentam a demanda por imigrantes para suprir a carência de mão-de-obra (Fausto, 2002). A preferência por europeus é, claro, um esforço para "branquear" o país (Schwarcz, 1993).

Além da presença anglicana mencionada acima, as primeiras colônias protestantes que se estabeleceram foram as alemãs luteranas em Nova Friburgo (RJ) e São Leopoldo (RS), em 1824 (Mafra, 2001). Em 1827, em Petropólis (RJ), estabeleceu-se a Comunidade Protestante Alemã-Francesa, composta por luteranos e calvinistas (Matos, 2010). Diversos outros núcleos de colonos protestantes se estabeleceram durante todo o Império, especialmente no interior de São Paulo e na Região Sul. Estes contingentes imigratórios eram atraídos pelas promessas de cessão de terras e outras subvenções (nem sempre totalmente cumpridas) por parte da Coroa.

Os imigrantes protestantes não tinham primariamente uma preocupação evangelística. Seu objetivo era estabelecer comunidades colonizadoras, reproduzindo no interior destas os laços sociais e culturais de seus países de origem. Por falta de ministros ordenados, os imigrantes organizavam sua própria vida religiosa, com colonos assumindo a função de pregadores, realizando casamentos etc. Muitas vezes, as comunidades esperavam anos até que as igrejas europeias enviassem ministros ou mesmo que a Coroa os contratasse.

Entretanto, estes imigrantes enfrentaram grande oposição da Igreja Católica. Os registros civis de nascimento, casamento e óbito estavam sob o encargo da Igreja, que frequentemente negava estes atos – que tinham efeito religioso e civil – aos protestantes. A este respeito, Ribeiro (1973, p.91) diz que:

> "Embora os evangélicos de Colônia não se preocupassem com proselitismo entre brasileiros, contudo inseriam-se na organização social do país; interpretavam com liberalidade as restrições constitucionais a seu culto; estabeleciam o culto; ingressavam nas agendas do sistema de parentesco (batismo, casamento, sepultamento) até então monopolizadas pela religião do Estado. Ingressavam nos cenários com seus cemitérios, seus templos, suas casas pastorais, suas escolas. Conservavam a homogeneidade comunitária, educando os seus filhos em suas escolas, sob a direção de professores protestantes. E algumas famílias católicas romanas enviaram seus filhos a essas escolas protestantes".

Desta forma, "uma consequência importante da imigração protestante é o fato de que ela ajudou a criar as condições que facilitaram a introdução do protestantismo missionário no Brasil" (Matos, 2010, [s.p.]), à medida que os imigrantes exigiam garantias legais de liberdade religiosa. Ao longo do Império, algumas comunidades protestantes gozavam do apoio das autoridades, dentre as quais o próprio Imperador Pedro

II, e obtiveram direitos, como o de construir templos, escolas e cemitérios protestantes, integrando-se gradativamente à sociedade local.

Ainda no período imperial, foram enviados os primeiros missionários protestantes norte-americanos, cuja ação não consistia em realizar pregações e obter prosélitos, mas de percorrer o país, distribuindo Bíblias e observando o cenário sociocultural do Brasil. Neste contexto, destacam-se Daniel Parrish Kidder (1815-1891) e James Cooley Fletcher (1823-1901).

O metodista Daniel P. Kidder foi enviado como agente da Sociedade Bíblica Norte-Americana ao Rio de Janeiro, onde, segundo Matos (2010), criou a primeira escola dominical no Brasil, permanecendo no Brasil de 1835 a 1840. De volta aos EUA, publicou *Sketches of residence and travel in Brazil (Reminiscências de viagens e permanência no Brasil)*, livro em que relata suas observações de viagem[12].

James C. Fletcher era um pastor presbiteriano que chegou ao Brasil em 1851, enviado conjuntamente por duas organizações – a União Cristã Americana e Estrangeira e a Sociedade de Amigos dos Marítimos. Veio com o objetivo de ser capelão dos marinheiros, porém recebeu o título de adido da Legação Americana (Ferreira, 2008), o que lhe abriu oportunidades de acesso à Corte e ao próprio Imperador. Uma de suas realizações no intuito de divulgar o protestantismo e o progresso foi uma exposição de produtos norte-americanos, para a qual lhe foi cedido um salão no Museu Imperial e Nacional[13]. Também organizou a vinda da Expedição Thayer (1865-1866), chefiada pelo renomado cientista Louis Agassiz, grande expoente dos estudos sobre raças no século XIX. Fletcher publicou em 1857, em parceria com Kidder, *Brasil and the Brazilians (O Brasil e os Brasileiros)*. Estas viagens foram os primeiros passos que possibilitaram a maciça onda de missionários protestantes que chegaram ao Brasil a partir da década de 1850.

O protestantismo de missão, por sua vez, refere-se à imigração de missionários propriamente ditos, o que ocorre após a década de 1850. A primeira denominação protestante missionária foi a dos congregacionais. O escocês Robert Reid Kalley (1809-1888) chegou ao Rio de Janeiro em 1855 e organizou a primeira igreja protestante em língua portuguesa, a *Igreja Evangélica Fluminense*, em 1858.

Por sua vez, o pastor presbiteriano norte-americano Ashbel Green Simonton (1833-1867) se estabeleceu também no Rio de Janeiro em 1859, onde, três anos depois, organizou a primeira Igreja Presbiteriana do Brasil e fundou, em 1864, a *Imprensa Evangélica,* primeiro jornal evangélico no Brasil. Ainda em relação aos presbiterianos, em 1863 estabeleceu-se em São Paulo Alexander Latimer Blackford (1829-1890). Foi através de seu ministério que, em 1864, converteu-se ao presbiterianismo o padre paulista José Manuel da Conceição (1822-1873), posteriormente o primeiro brasileiro a ser ordenado pastor evangélico. Outras denominações que se inseriram no Brasil no século XIX foram os metodistas e os batistas (Mafra, 2001; Matos, 2010; Ribeiro, 1973).

O missionarismo protestante adotava um discurso marcado pela vinculação entre a fé protestante e o "espírito do progresso", da modernidade. Os relatos dos missionários são marcados por identificarem no povo brasileiro duas características em comum: de um lado, a incivilidade e a tendência ao vício e à imoralidade e, por outro lado, o misticismo e o sincretismo religioso, fatores prejudiciais não somente à salvação, como também à civilidade e ao desenvolvimento nacionais (Carvalho, 2007). Dirigem-se muitas críticas à religião católica, tanto por ser identificada como uma religião mística, irracional, como por considerarem haver corrupção do clero.

Os protestantes, em suas atividades missionárias, deram uma grande ênfase ao ensino regular, associando à evangelização a alfabetização, criando colégios de destaque, os quais logo passaram também a receber crianças de famílias não protestantes. Mafra (2001, p. 26) afirma que "desde o início, luteranos, presbiterianos e metodistas procuraram se afirmar na sociedade brasileira, através da construção e manutenção de instituições de ensino". Evangelizar e civilizar eram duas faces da mesma moeda.

Dentre tais instituições, pode-se citar, por exemplo, a *Escola Americana* (depois *Colégio Mackenzie*), criada em São Paulo pelos presbiterianos em 1870. Os metodistas, todavia, foram o grupo protestante que mais se destacou no cenário educacional. Em 1881, chegou ao Brasil a professora americana Martha Hite Watts (1845-1910), fundando o *Colégio Piracicabano,* em Piracicaba/SP; Watts também criou outros colégios metodistas, como o *Colégio Americano* (1894), de Petrópolis e o *Colégio Izabela Hendrix* (1904), de Belo Horizonte. No cenário da educação metodista, também se destacam o *Colégio Americano Granbery* (1889), em Juiz de Fora/MG e o *Colégio Metodista Bennett* (1920), no Rio de Janeiro.

O discurso protestante também foi incisivo na defesa do fim do tráfico negreiro e da própria escravidão, na defesa do regime republicano e da democracia, bem como da liberdade

12 A edição mais contemporânea em português divide a publicação em dois números, a saber: Kidder (1980a /1845) e Kidder (1980b/1845).

13 Com a proclamação da República, foi denominado Museu Nacional, sendo anexado à Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1937.

religiosa e da laicidade do Estado. A escravidão e a formação católica foram identificadas como mazelas nacionais e entraves ao desenvolvimento do Brasil (Ferreira, 2008; Mafra, 2001; Vieira, 1980). Desta forma, observamos o estabelecimento de uma aliança entre os protestantes e diversos setores das elites política, econômica e intelectual brasileiras, pois os interesses de ambos os lados se articulavam.

Assim, segundo Ribeiro (1973), ao longo da Monarquia, gradativamente foram criadas condições jurídicas que favoreciam a permanência dos protestantes e sua participação na vida social em um Império que tinha o Catolicismo como religião oficial. Este processo gradual foi possibilitado por uma aliança de interesses entre protestantes (tanto os que vieram a negócios quanto como missionários) e políticos liberais, que almejavam tanto a quebra da hegemonia política da Igreja Católica quanto o desenvolvimento econômico nacional e estavam interessados no projeto de modernização que o Protestantismo simbolizava, segundo as aspirações da elite nacional de seguir o modelo dos países protestantes europeus e dos EUA. Em 1890, já na República, o novo governo decretou a separação entre a Igreja Católica e o Estado, assegurando igualdade de direitos e reconhecimento e proteção legais aos protestantes (Matos, 2010).

Carvalho (2011, p. 269) aponta que a penetração do protestantismo no Brasil "coincidiu com as transformações políticas de então, como a consolidação do Estado republicano, a dissociação entre este e a Igreja Católica e os projetos civilizatórios centrados na educação e saúde do povo". Isto pode ser visto, por exemplo, nas estreitas semelhanças entre o discurso protestante acerca da ênfase na educação, no trabalho e em uma vida regrada e o discurso higienista modernizador, hegemônico no cenário político e científico brasileiro no final do século XIX e primeira metade do século XX e que defendia a reordenação do espaço público e dos hábitos privados (individuais e familiares), segundo princípios higiênicos (Boarini, 2003; Monarcha, 2009; Wanderbroock Jr., 2009).

Os projetos disciplinares da intelectualidade brasileira, notadamente dos setores da psiquiatria, da higiene mental e da pedagogia, foram muito importantes para a consolidação do saber psicológico (Wanderbroock Jr., 2009). A este respeito, Carvalho (2011) menciona, ainda, ter encontrado nos arquivos do Seminário Presbiteriano de Campinas, fundado em 1888, publicações protestantes nas quais aparecem temas ligados à psicologia e à higiene mental, o que aponta para a existência de uma produção protestante em interface com a Psicologia já na primeira metade do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial, o protestantismo no Brasil adquire novas configurações. O pentecostalismo, presente desde 1910 com a chegada de Louis Francescon a São Paulo (criando a Congregação Cristã do Brasil) e de Daniel Berg e Gunnar Vingren a Belém (criando aquela que se tornaria a maior denominação evangélica do Brasil, a Assembléia de Deus), se difunde amplamente, notadamente entre as camadas populares (Mafra, 2001).

Além disto, inicia-se uma nova onda missionária norte-americana, atrelada em parte à política norte-americana de ampliação de sua influência na América Latina (como o programa Aliança para o Progresso[14]), visando o combate ao comunismo. Carvalho (2011, p.268) menciona que esta nova onda missionária traz outra forma de protestantismo, de forte inspiração liberal e "voltada com maior ênfase para os males mundanos da humanidade e, de certa forma, para sua dimensão social, ainda que não as vinculassem a uma luta política e, sim, religiosa". São os anos 1960, em que ocorrem transformações em âmbito mundial de várias ordens. No caso do Brasil, estas mudanças, se acompanham as internacionais (movimentos pelos direitos civis, Black Power, hippie, feminista, gay, contracultura), têm sua especificidade marcada pela ditadura militar, que começa em 1964 e dura longos 21 anos, e, no caso da psicologia, por uma marca legal importante –a regulamentação da profissão e dos cursos.

As iniciativas protestantes de articulação entre fé e psicologia

Após a regulamentação da profissão de psicólogo e dos cursos de psicologia (através da Lei 4119, de 27/08/1962), o saber psicológico adquire novo *status*, marcado de um lado, pela difusão de sua institucionalização – com a abertura de cursos de graduação em Psicologia – e por outro, por um processo de "psicologização da vida cotidiana", isto é, uma grande difusão de uma "cultura psicológica" entre as classes médias urbanas. É o período do chamado "boom" psicológico: inicialmente com clara hegemonia psicanalítica e posteriormente, a penetração de novas abordagens (Russo, 2002). Isto decorre, sem dúvida, em primeiro lugar do fechamento político do regime ditatorial, levando à dificuldade de acesso ao espaço público, e às suas consequências tecnológicas, como a modernização das comunicações, favorecendo o isolamento e a privacidade/intimidade.

14 "Aliança para o Progresso" foi um programa do governo dos EUA, lançado por John Kennedy (1961), que visava maior aproximação com a América Latina, através de investimentos nas áreas econômica, social e cultural, como forma de ampliação da influência americana, a fim de fazer frente ao comunismo (especialmente, ao exemplo de Cuba).

O missionarismo norte-americano acima mencionado, em interseção com este processo de psicologização cultural, compõe, no campo protestante, "um quadro de investimento progressivo nos saberes e práticas 'psi', seja ele voltado para o meio acadêmico seja para o público leigo" (Carvalho, 2011, p. 69). Neste período, são criadas instituições protestantes reunindo profissionais "psi", como por exemplo, o Centro Acadêmico de Debates e Estudos de Psicanálise (CADEP), em 1965, e o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC), em 1976. O primeiro travou confrontos com o Conselho Federal de Medicina na década de 1970, pelo direito de formar psicanalistas e pela regulamentação desta profissão. O segundo reunia psiquiatras, psicólogos e psicanalistas, com o objetivo de realizar reflexões que articulassem teorias "psi" e teologia cristã[15].

Nas décadas de 1990 e 2000, o investimento protestante na Psicologia cresceu de forma visível e suscitou confrontos entre setores protestantes (tanto de leigos, quanto de profissionais "psi") e as instâncias de regulação profissional. Mencionaremos aqui dois exemplos.

O primeiro é o caso de cursos de formação psicanalítica abertos por/para pastores evangélicos. Vários pastores protestantes que realizaram cursos de formação no CADEP criaram outras instituições psicanalíticas protestantes, como, por exemplo, a Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), fundada pelo pastor batista Heitor Antonio da Silva em 1996. A SPOB retomou de forma mais sistematizada (e assessorada política e juridicamente) a luta pelo direito de formar psicanalistas e a defesa da regulamentação da profissão de psicanalista. Carvalho (2011) afirma que a SPOB alcançou um rápido crescimento e que sua proposta de "psicanálise para todos" – uma formação mais rápida e mais barata que a das sociedades tradicionais de psicanálise (Becker, 2010) – influenciou a criação de dezenas de instituições formadoras independentes (a maioria, criada por ex-alunos da SPOB), alcançando grande repercussão no meio protestante e suscitando embate com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e as sociedades de psicanálise[16].

O segundo exemplo que evidencia o tensionamento desta relação é o confronto, de grande destaque na mídia, ocorrido entre os ministérios evangélicos de ajuda a homossexuais e o movimento LGBT, este contando com apoio do CFP.

Para entender a questão, é importante apontar o Ministério Exodus[17], criado nos EUA em 1976. Consiste em uma associação de vários ministérios e grupos de apoio para indivíduos que desejavam deixar a homossexualidade, mudando a orientação sexual. Em 1988, o Exodus chegou ao Brasil, tendo Rozângela Justino, psicóloga carioca e evangélica, como uma das fundadoras e líder do ministério até 2002.

Outra iniciativa semelhante é o Movimento pela Sexualidade Sadia (MOSES), criado no Rio de Janeiro em 1997, tendo João Luiz Santolin (teólogo e pós-graduando em Terapia de Família) como um dos líderes. Ambos os grupos se caracterizam pela evangelização direcionada ao público homossexual, principalmente através de utilização de testemunhos de ex-gays e ex-lésbicas e panfletagem em paradas gays, bem como pelo oferecimento de psicoterapia e grupos de apoio.

A realização do III Encontro Cristão sobre Homossexualismo pelo Exodus Brasil, em Viçosa/MG, em 1998, foi o estopim de um conflito (Justino, 2005; Oliveira, 2011). A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis[18] (ABGLT) denunciou o evento junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e ao Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Respondendo à denúncia, o CFP aprovou a Resolução CFP nº 01/1999, em 22 de março de 1999, que "estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual" (Conselho Federal de Psicologia, 1999). O texto da Resolução afirma que:

> (...) Art. 2° - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.
>
> Art. 3° - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.
>
> Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.
>
> Art. 4° - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

15 Se, por um lado, o CADEP se dissolveu, influenciado o surgimento de outros grupos psicanalíticos (como veremos à frente), por outro, o CPPC existe ainda hoje.

16 Uma análise detalhada acerca do CADEP e da SPOB e dos embates com o CFP e as sociedades de psicanálise é encontrada em Carvalho (2007).

17 O nome "Exodus" é uma referência à saída do povo de Israel do Egito, uma metáfora empregada para significar uma "libertação" (no caso, da condição homossexual).

18 Atualmente a instituição se denomina Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, mantendo, porém, a sigla ABGLT.

A Resolução determina que os psicólogos não podem promover nenhum tratamento que patologize a homossexualidade ou ofereça-lhe cura. Esta restrição, segundo (Natividade, 2011), visa efetivamente combater os programas de cura a homossexuais empreendidos pelos evangélicos.

As tensões entre evangélicos e movimento LGBT prosseguiram no início do século XXI. Rozângela Justino fundou a Associação Brasileira de Apoio aos que Desejam Deixar a Homossexualidade (ABRACEH[19]) em 2005, com a mesma proposta de promover serviços de apoio "para aqueles que desejam voluntariamente deixar a homossexualidade" (Natividade, 2011).

Rozângela Justino foi denunciada ao Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) em 2007 pelo Grupo 28 de Junho, uma ONG representante do movimento LGBT, localizada em Nova Iguaçu/RJ. No final do mesmo ano, recebeu condenação de censura pública, por infração da Resolução CFP 001/1999. Rozângela recorreu da decisão, apelando ao CFP, que, em julho de 2009, manteve a pena.

Diversos setores protestantes vieram a público, defendendo Rozângela, questionando a constitucionalidade da Resolução CFP 001/1999 sob diversos argumentos, como os de que a Resolução geraria crise de consciência em psicólogos protestantes; que os mesmos, como Rozângela, estariam sendo alvo de "preconceito heterofóbico" (Cavalcanti, 2005, p.67) por conta da Resolução; e, ainda, de que os pacientes de Rozângela tinham o direito de receber auxílio, uma vez que o procuraram voluntariamente (Justino, 2005).

Entretanto, tal questão se encontra distante de resolução, uma vez que a polêmica entre setores evangélicos envolvidos no combate à agenda do movimento LGBT e o CFP ainda permanece em aberto, com constante destaque na mídia.

Considerações Finais

Vimos que nas últimas décadas, o campo protestante vem demandando cada vez mais uma literatura e aconselhamento psicológicos cristãos. Por outro lado, as instâncias de regulação do exercício profissional do psicólogo têm se defrontado com os limites desta apropriação do exercício profissional. A problemática acima apresentada mostra as tensões entre as relações entre a psicologia no campo protestante e a psicologia nas instâncias reguladoras da profissão. Assim, o interesse no estudo desta temática decorre em grande parte destas tensões que, a nosso ver, evidenciam que esta relação está eivada de generalizações e preconceitos.

Por parte do campo protestante, não se pode pensar em uma visão coesa acerca do saber psicológico, dada a grande heterogeneidade daquele campo. De fato, podem ser encontradas perspectivas completamente refratárias à incorporação de um saber "mundano", defendendo exclusivamente um discurso "sagrado" e, em outro extremo, perspectivas plenamente secularizadas, passando por perspectivas intermediárias e mais conciliatórias entre o "mundano" e o "sagrado".

Em contrapartida, por parte do campo acadêmico, prevalece, em diversas situações, uma ortodoxia científica antirreligiosa, a qual rebaixa o discurso religioso à posição de "senso comum", "superstição", ou se debruça sobre o mesmo como mero "objeto" de pesquisa. Especialmente sobre o campo protestante, por vezes o olhar acadêmico é caracterizado por generalizações e visões estereotipadas, que desconsideram a heterogeneidade deste universo ou se limitam a explicações superficiais que identificam o interesse protestante pela Psicologia como uma estratégia de disciplina (no sentido foucaultiano) ou mesmo, de manipulação.

São relativamente poucos os estudos em Psicologia dirigidos à temática religiosa no Brasil, não obstante o reconhecimento da grande relevância do tema na cultura e, portanto, nos processos psicossociais. Tal constatação é assustadora quando se compara com a produção a respeito nas ciências sociais e mesmo nas ciências da saúde, onde cada vez mais se tem incorporado a espiritualidade/religiosidade como fator na análise do processo saúde-doença.

É importante ressaltar que o investimento protestante na Psicologia não se limita às polêmicas apropriações acima citadas. De fato, nas últimas décadas, observa-se um crescente interesse protestante pelo estudo e prática da Psicologia. Este interesse se apresenta de diferentes formas: seja como profissão leiga, seja como subsídio a atividades eclesiásticas, ou ainda, por meio de um fato especialmente verificado entre os fiéis protestantes – uma grande demanda por psicoterapia (com a ressalva de que o profissional compartilhe de sua fé).

A nosso ver, a história do investimento protestante pela Psicologia (verificado maciçamente após a regulamentação da profissão de psicólogo, na década de 1960) está a ser escrita. Esbarra, evidentemente, na escassez de trabalhos na área da Psicologia sobre sua interface com a religião. Entretanto, as articulações entre religião e psicologia aqui apresentadas evidenciam que há um núcleo comum entre ambos os sistemas discursivos que gera no campo religioso um interesse na apropriação do conhecimento e prática psicológicos. Talvez seja o momento para que este interesse seja despertado na direção inversa: que a Psicologia se volte ao campo religioso,

19 A ABRACEH atualmente se denomina Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família.

incorporando em suas análises não apenas a religiosidade dos sujeitos, mas principalmente a atuação dos grupos religiosos como atores sociais.

Referências

Alberti, S. (1998). História da Psicologia no Brasil – Origens Nacionais. In A. M. Jacó-Vilela & F. Jabur & Rodrigues, H. de B. C. (Orgs.), *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil.* Rio de Janeiro: NAPE/UERJ.

Alves, R. (1979). *Protestantismo e Repressão.* São Paulo: Ática.

Antunes, M. A. M. (1998). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica de sua constituição.* São Paulo: EDUC e Ed.Unimarco.

Azevedo, F. de et al. (1932). *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*. Disponível em www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm, acessado em 05 de Março de 2012.

Becker, C. (2010). A cura pela Palavra. *Piauí*, *5*, 50.

Boarini, M. L. (Org.) (2003). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil.* Maringá: EdUEM.

Carvalho, E. N. de (2011). Instituições Protestantes no Brasil. In A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Dicionário Histórico de Instituições da Psicologia Brasileira.* Rio de Janeiro/Brasília: Imago/CFP.

Carvalho, E. N. de (2007). *O divã e o altar: cultura psicanalítica e movimento protestante no Brasil.* Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

Cavalcanti, R. (2005). Religiões e posicionamentos – 1ª parte. In E. Giumbelli (Org.), *Religião e sexualidade: convicções e responsabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

Centofanti, R. (2004). Radecki e a Psicologia no Brasil. In: Antunes, Mitsuko Aparecida Makino. *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios* (pp. 177-208). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução CFP nº. 01/1999.* Brasília: 22 de março de 1999.

Dumont, L. (1985). *O individualismo – uma ideologia da sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Cultrix.

Esch, C. F., & Jacó-Vilela, A. M. (2001). A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação psi. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo & H. de Barros Conde (Orgs.), *Clio-Psyché Hoje: fazeres de dizeres psi na história do Brasil* (pp. 17-24). Rio de Janeiro.

Fausto, B. (2002). *História do Brasil* (10ª Ed.). São Paulo: Edusp.

Ferreira, A. A. L. (2006). O múltiplo surgimento da Psicologia. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia – Rumos e Percursos.* Rio de Janeiro: Nau.

Ferreira, V. A. (2008). *Protestantismo e Modernidade no Brasil.* Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, São Paulo.

Franca, L. (2001). *A Psicologia da fé*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola. (Obra original publicada em 1934)

Gondra, J. G. (2004). *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial.* Rio de Janeiro: EdUERJ.

Gusmão, A. de (2004). *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1685).

Jacó-Vilela, A. M. et al. (2007). Uma gestação silenciosa: a presença feminina nas instituições de Psicologia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. In J. de S. Bernandes, C. E. & Lang, M. A. T. Ribeiro (Orgs.), *A produção na diversidade – compromissos éticos e políticos em Psicologia* (pp. 231-266). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Jacó-Vilela, A. M. (2001). Concepções de pessoa e a emergência do indivíduo moderno. *Interações,* 6(12), 11-39.

Jacó-Vilela, A. M. & Bitar, A. P. de M. (2003). Tensões entre o físico e o moral na constituição da Psicologia no Brasil. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. O. de A. Cerezzo & H. de B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché - Paradigmas* - Historiografia, psicologia, subjetividades (pp. 19-25). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Justino, R. A. (2005). Religiões e Posicionamentos – 1ª parte. In E. Giumbelli (Org.). *Religião e sexualidade: convicções e responsabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

Kidder, D. P. (1980b). *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdUSP. (Obra original publicada em 1845).

Machado, M. das D. C., & Piccolo, F. D. (Orgs.) (2010). *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro: Ed.FGV.

Mafra, C. (2001). *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Massimi, M. (2006). Ideias psicológicas na cultura luso-brasileira do século XVI ao século XVIII. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp.75-83). Rio de Janeiro: Nau.

Massimi, M. (2005). Palavras, almas e corpos no Brasil colonial. São Paulo: Loyola.

Matos, A. S. de. (2010). *Breve história do Protestantismo no Brasil.* Disponível em: www.mackenzie.br. Acesso em 26/07/2010.

Monarcha, C. (2009). *Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920*-1930. São Paulo: Ed.UNESP.

Nietsche, F. (2001). *A Gaia Ciência.* São Paulo: Companhia das Letras.

Oliveira, M. V. (2011). Enfrentamento à patologização e à homofobia: Código de Ética do psicólogo e Resolução CFP 001/1999. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos.* Brasília: CFP.

Ribeiro, B. (1973). *Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888): aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil.* São Paulo: Pioneira.

Romero, S. (1986). Explicações indispensáveis. In Prefácio a *Vários escritos:* Tobias Barreto (pp.5-11). Aracaju: Editora do Estado de Sergipe.

Russo, J. (2002). *O mundo psi no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Schwarcz, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Tarnas, R. (2001). *A epopeia do pensamento ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

Vieira, D. G.. (1980). *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.* Brasília: Ed.UnB.

Wanderbroock Jr. D. (2009). *A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-45)*. Maringá: EdUEM.

Weber, M. (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.* São Paulo: Martin Claret. (Obra original publicada em 1904).

Recebido em fevereiro/2012
Revisado em fevereiro/2012
Aceito em março/2012